



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

COMARCA DE ITAPETININGA – ESTADO DE SÃO PAULO Rua Carlos Cardoso, 343 – Jardim Marabá – CEP 18213-540 Tel 015 – 3271 0322 – Email: contato@riitapetininga.com.br Bel. SENEVAL VELOSO DA SILVA – Oficial – Bel. JOÃO DE BARROS DOMINGUES – Substituto

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que nos termos do artigo 45 da Lei 10.406/02, e na forma dos artigos 114 e 119, da Lei n. 6.015/73, em data de 14 de maio de 1984, foi conferida personalidade jurídica a *UNIÃO INTERNACIONAL PROTETORA DOS ANIMAIS – SECÇÃO DE ITAPETININGA*, entidade civil com sede e foro jurídico atualmente na Rua Otávio Ferreira de Almeida, 36, Vila Mazzei, na cidade e comarca de Itapetininga, conforme <u>registro em microfilme nº 1.039</u>, neste Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. ***

CERTIFICO MAIS que, o estatuto social inicial, de 21 de fevereiro de 1984, com alterações, sendo a última de 02 de outubro de 2008, registrada em **microfilme nº 4.997**, em 20 de agosto de 2009, cujo inteiro teor consta das xerocópias inclusas que são partes integrantes desta certidão, encontra-se em vigor até a presente data. ***

O referido é verdade.

Itapetininga, 26 de março de 2021.

Samuel de Melo Almada Junior

escrevente

Emolumentos: R\$ 44,01 - Guia 60

S Park

CÓPIA AUTENTICA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL UNIÃO INTERNACIONAL PROTETORA DOS ANIMAIS - SEÇÃO DE ITAPETININGA Rua Monsenhor Soares, s/n°, Centro, Cep. 18.200-009, Itapetininga/SP.

CNPJ. 57.047.714/0001-72



Aos Dois dias do mês de Outubro do ano de Dois mil e Oito (02/10/2008), se reuniram em Assembléia Geral Extraordinária todos os associados da UNIÃO INTERNACIONAL PROTETORA DOS ANIMAIS - SEÇÃO DE ITAPETININGA, em sua Sede a Rua Monsenhor Soares, s/no, Centro, Cep. 18.200-009, nesta cidade de Itapetininga/SP, para Alteração do Estatuto de acordo com o Novo Código Civil, sob a Presidência da Assembléia, o Sr. Djanil Valencio Steidler, brasileiro, desquitado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG: 13.207.054 - SSP./SP., CPF: 005.558.258-33, residente e domiciliado a Rua Julio Prestes, 314, Centro, Cep. 18.200-100, Itapetininga/SP, secretariado pela Sra. Maria Silvia Genesine Galvão, brasileira, desquitada, funcionária pública, portadora da Cédula de Identidade RG. 17.081.545-6 - SSP./SP., CPF. 021.274.508-50, residente e domiciliada a Rua Ely, 101, Vila Santana, Cep. 18.210-020, Itapetininga/SP., para compor a Mesa. Assim reunidos, foi Aprovado a Alteração do Estatuto previamente elaborado, cujo teor é o seguinte: ESTATUTO DA UNIÃO INTERNACIONAL PROTETORA DOS ANIMAIS - SEÇÃO DE ITAPETININGA -CAPÍTULO I - CONSTITUIÇÃO, FINALIDADES, SEDE e FORO: Artigo 1º - A União Internacional Protetora dos Animais - Seção de Itapetininga, Entidade sem fins lucrativos, de caráter zoófilo, ecológico, filantrópico, educacional, assistencial e fiscalizador, que tem apoio no próprio Estatuto da União Internacional Protetora dos Animais - de Âmbito Nacional, configurando organização não governamental para a defesa e proteção dos animais e de seu meio ambiental. Parágrafo Único - A União Internacional Protetora dos Animais - Seção de Itapetininga foi declarada entidade de utilidade pública municipal pela Lei nº 2.640 de 07/04/1987. Com personalidade jurídica, sem objetivos econômicos, com duração por tempo indeterminado e com sede e Foro na cidade de Itapetininga/SP., a Rua Monsenhor Soares, s/n°, Centro, Cep. 18.200-009, constituída com os objetivos fundamentais: a) fiscalizar e denunciar às autoridades competentes as infrações aos dispositivos do Decreto Federal nº 24.645, de 10 de julho de 1934; do artigo 64 do Decreto-lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941; do artigo 32 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e demais leis, decretos, portarias e regulamentos federais, estaduais e municipais sobre proteção aos animais; b) impedir e reprimir atos de crueldade, abuso ou maus-tratos contra animais; c) das assistências veterinária a animais doentes, feridos, atropelados ou vítimas de crueldade, abuso ou maus-tratos, em suas instalações clínicas, ou na falta destas, em clínicas veterinárias conveniadas, obedecidas as prescrições deste Estatuto; d) recolher, sempre que possível e de acordo com sua capacidade, animais abandonados ou extraviados, encaminhando-os, após tratados, para adoção, independente de ressarcimento financeiro, à pessoas de idoneidade comprovada que se comprometam a dar-lhes tratamento adequado e digno, mediante a assinatura de um termo de responsabilidade e sujeito à fiscalização por parte desta entidade; e) defender o meioambiente ecologicamente equilibrado, impedindo e reprimindo práticas que coloquem em risco seu equilíbrio, combatendo o tráfico e a extinção de animais silvestres, caça e a pesca predatórias; f) educar e conscientizar o povo, a infância e a juventude, através de palestras e campanhas, propagando um filosofia de amor e respeito aos animais. CAPÍTULO II -

Registro Civil das Pessõas Juridicas

BAMUEL DE MELO ALMADA JUNIOR

ESCREVENTE Autorizado

IT. PETININGA — SP

DOS DIREITOS, DA ADMISSÃO/EXCLUSÃO E DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS: Artigo 2° - Qualquer pessoa legalmente capaz, física ou jurídica, sem distinção de qualquer natureza, poderá ingressar no quadro associativo, desde que obedecidas as normas estatutárias ou regulamentares. Parágrafo 1º - O candidato a associado preencherá uma proposta padrão que, após assinada, será encaminhada à Diretoria para aprovação. Parágrafo 2º - Quando o candidato for relativamente incapaz, a proposta deverá ser assinada pelo responsável legal. Parágrafo 3º - Quando o candidato for analfabeto ou impedido de assinar por qualquer deficiência física, sua assinatura será consignada a rogo e atestada por duas testemunhas. Artigo 3º - São direitos do associado: a) receber uma carteira social com foto, contendo o número do registro do associado, assinada pelo Presidente ou Vice-Presidente desta entidade, se assim o requerer por escrito; b) frequentar a sede própria, a clínica, outras dependências e participar das atividades sociais e dos trabalhos desenvolvidos pela entidade; c) participar das assembléias legalmente convocadas pela entidade, com direito a voz e voto, se estiver quite com a anuidade do exercício; d) votar e ser votado para o exercício de cargo diretivo, desde que admitido no mínimo há um (01) ano e, comprovadamente, tiver participado das atividades da entidade. Artigo 4º - São deveres do associado: a) observar e respeitar todos os dispositivos deste Estatuto, regulamentos internos, portarias e normas de conduta, bem como acatar as deliberações da Diretoria, da Assembléia Geral ou de qualquer outro órgão administrativo desta entidade; b) cooperar de maneira efetiva para a consecução dos objetivos da entidade; c) pagar a título de contribuição associativa, os valores estipulados nas propostas ou aprovados pela assembléia geral, nos prazos e na forma deste Estatuto ou de regulamentos internos, os quais serão cobrados na forma prevista no Regulamento da Tesouraria. Artigo 5º - Será excluído do quadro social, por deliberação da Diretoria, de cujo ato caberá recurso ao Conselho Deliberativo da entidade, o associado que: a) incorrer em infração ao disposto na letra "a" do artigo anterior; b) deixar de pagar a anuidade do exercício, no prazo e forma do regimento; c) por atos ou palavras, denegrir a imagem e/ou o nome desta entidade, de seus diretores, associados, funcionários ou colaboradores, garantindo-se o direito de defesa. CAPÍTULO III - DAS ELEIÇÕES: Artigo 6º - As eleições para os órgãos diretivos da União Internacional Protetora dos Animais - Seção de Itapetininga, realizar-se-ão quadrienalmente, por chapa completa da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, podendo seus membros serem reeleitos. Parágrafo 1º - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, No caso de somente uma chapa concorrer ao pleito, a mesma poderá ser eleita por aclamação. Parágrafo 2º - As eleições deverão ocorrer no período de 60 a 10 dias antes da data do término do mandato dos dirigentes em exercício. Artigo 7º - São inelegíveis para a Diretoria, para o Conselho Deliberativo e para o Conselho Fiscal, os não-associados; os associados menores de 18 anos; os associados em débito para com a entidade; os associados com menos de um ano de filiação e os não-alfabetizados. Artigo 8º - Os cargos da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal serão exercidos sem direito a qualquer remuneração ou ressarcimento de qualquer espécie sendo considerados como serviços de utilidade pública. Artigo 9º - O direito do voto do associado pessoa física será pessoal e individual, não podendo ser exercido por procuradores, e do associado pessoa jurídica será exercido por seu representante legal devidamente credenciado para esse fim. Parágrafo 1º - O associado que tiver direito para candidatar-se, poderá apresentar chapa completa para registro na Secretaria da entidade até 5 (cinco) dias após a divulgação do edital de convocação das eleições. Parágrafo 2º - Só poderão concorrer ao pleito as chapas

J. J.

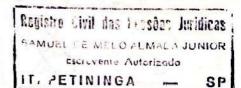
Pagistro Civil das Pessõas Juridicas

Escrevente Autorizado

ETININGA — SP

32

devidamente registradas em tempo hábil. Parágrafo 3º - Poderão ser registradas as chapas para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da Diretoria; para o Conselho Fiscal e para o Conselho Deliberativo, separadamente, sendo vedado o registro de nomes para cargos isolados (o mandato dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, será de 4 (quatro) anos contados da data da posse). Parágrafo 4º - É facultado ao candidato que encabeça uma chapa, retirar o registro dela até o dia anterior ao previsto para a votação. Parágrafo 5º - A apuração deverá ser iniciada logo após o término da votação, sendo executada pelos escrutinadores designados pelo Presidente da mesa, processando-se em sessão pública. Parágrafo 6º - As cédulas usadas no pleito poderão ser manuscritas, datilografadas, impressas, mimiografadas ou xerocopiadas. Parágrafo 7º - Os recursos contra os trabalhos do pleito só poderão ser interpostos antes do encerramento da Assembléia Geral, quando o Presidente da mesa designará comissão especial composta de 03 (três) membros para apreciação do recurso, o qual provido importará na convocação de nova Assembléia Geral Extraordinária. Parágrafo 8º - Encerrada a eleição e apurado o resultado da votação, sem recursos, serão os eleitos proclamados pela mesa, marcando-se o dia da posse, que deverá ocorrer no dia do término do mandato dos dirigentes em exercício. Parágrafo 9º - São proibidos a propaganda e o trabalho de boca-de-urna no dia das eleições. Artigo 10º - Havendo empate considerar-se-á eleita a chapa na qual o candidato ao cargo de Presidente seja o associado de admissão mais antiga e, se persistir o empate, o mais idoso. Artigo 11º - Os casos omissos e as questões de ordem serão resolvidos pelo Presidente da mesa, ouvido os demais membros. CAPÍTULO IV - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS E DA ADMINISTRAÇÃO: Artigo 12º - As Assembléias Gerais são soberanas nas resoluções não contrárias as Leis vigentes e a este Estatuto, suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes, salvo as exceções contidas no presente Estatuto. Parágrafo 1º - As convocações de Assembléias Gerais Extraordinárias serão feitas por Edital publicado no(s) Jornal(is) da cidade sede da Entidade, com antecedência mínima de 10 (quinze) dias, no qual conste o Local, Data e Horário da 1ª como da 2ª convocação (se esta for necessária), a Finalidade, sendo também o Edital fixado nas principais dependências da Entidade. Parágrafo 2º - O "quorum" mínimo para a instalação da Assembléia Geral convocada para Destituir Administradores e/ou Alteração dos Estatutos Sociais da Entidade, será de maioria absoluta do número de associados em 1ª Convocação ou de 1/3 (hum terço) nas demais Convocações e a Aprovação por 2/3 (dois terco) dos presentes. Parágrafo 3º - Compete privativamente a Assembléia Geral: a) destituição de diretores; b) alteração do estatuto. Artigo 13 - Realizar-se-ão Assembléias Gerais Extraordinárias: a) Quando o Presidente da Diretoria ou a maioria da Diretoria julgar conveniente; b) A requerimento de 1/5 dos Associados em pleno uso e gozo de seus direitos sociais. Artigo 14º - Á convocação da Assembléia Geral Extraordinária, quando feita pela maioria da Diretoria, ou pelos Associados, não poderá opor-se o Presidente da Entidade, que terá de promover sua realização dentro de 10 (dez) dias, contados da entrega do requerimento na Sede Social da entidade. Parágrafo Único - Na falta da convocação pelo Presidente da Diretoria, expirado o prazo marcado neste Artigo, farão aqueles que deliberaram realizar. Artigo 15º - As Assembléias Gerais Extraordinárias, só poderão tratar dos assuntos para os quais foram convocadas. Artigo 16º - Será convocada Assembléia Geral Ordinária; a) anualmente, para discutir e aprovar o Relatório da Diretoria, que conterá a descrição dos principais acontecimentos da gestão administrativa anual, balanço patrimonial e outros assuntos pertinentes; b) quadrienalmente, para eleger b\ Vice-Presidente, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal. o Presidente,



0,3

CAPÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO: Artigo 17º - A Entidade será administrada por uma Diretoria composta de 04 (quatro) membros, eleitos pela Assembléia Geral, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro. Artigo 18º - Compete a Diretoria: a) administrar a entidade e seu patrimônio, cumprindo e fazendo cumprir o seu Estatuto e Regimento Interno e demais normas em vigor, relacionadas aos objetivos zoófilos; b) criar, entre outros, os seguintes departamentos: Departamento Clínico, Departamento de Finanças, Departamento de Fiscalização, Departamento de Relações Públicas, Departamento Educativo, Departamento Social, Departamento Jurídico, Departamento Ecológico, Departamento de Comunicação Social, e Departamento Infanto-Juvenil; c) justificar junto ao Conselho Deliberativo, as despesas superiores a 10 (dez) salários mínimos; d) reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês e, sempre que necessário, extraordinariamente, cuja convocação deverá ser feita pelo Secretario, por ordem do Presidente. Artigo 19° - Compete ao Presidente: a) Representar a Entidade, Ativa e Passivamente, perante á administração pública, judicial e extrajudicialmente, podendo na ultima hipótese delegar poderes; b) Convocar á(s) Reunião(es) da Diretoria, bimestralmente e da Assembléia Geral, semestralmente, presidindo e instalando esta ultima; c) Assinar as Atas das sessões, o orçamento anual e todos os papéis que dependem de sua assinatura, bem como rubricar os Livros da Secretaria e da Tesouraria; d) Ordenar as despesas autorizadas e visar os cheques e contas á pagar de acordo com o Tesoureiro; e) Nomear funcionários e fixar seus vencimentos, consoante ás necessidades de serviços, com aprovação da Assembléia Geral. f) Em caso de renúncia ou falecimento do Vice-Presidente, o Presidente convocará, dentro de 30 (trinta) dias, Assembléia Geral Extraordinária para a eleição do Vice-Presidente. Artigo 20° - Compete ao Vice-Presidente: a) Substituir o Presidente nos seus impedimentos e ausências, em caso de renúncia ou falecimento do Presidente, o Vice-Presidente assumirá definitivamente, até o final do mandato, se o tempo que restar for inferior a 1 (um) ano; b) Interinamente, se faltar mais de 1 (um) ano, contado do dia da posse, para o final do mandato; Parágrafo Único - Na hipótese da letra "b" do presente artigo, o Vice-Presidente em exercício deverá convocar, dentro de 30 (trinta) dias, Assembléia Geral Extraordinária para a eleição do novo Presidente. Artigo 21º - Importará em renúncia do cargo o não comparecimento de qualquer membro da Diretoria às reuniões mensais ordinárias, sem justa causa, por três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas no período de um ano. Artigo 22º - Compete ao Secretário: a) Secretariar as Reuniões da Diretoria e/ou Assembléia(s) Geral(is) Ordinárias e/ou Extraordinária(s), redigir as Atas e assiná-las, organizar e orientar os serviços da Secretaria, bem como assinar com o Presidente da Diretoria, a correspondência da Entidade; b) Redigir e expedir aviso(s), circular(es), boletim(s) externo(s) e interno(s), bem como aviso(s) de convocação(es) da(s) Reunião(es) de Diretoria e da(s) Assembléia(s) Geral(is) Ordinárias e/ou Extraordinária(s); c) Ter sob sua guarda e responsabilidade, livro(s), circular(es), boletim(s) interno(s) e externo(s), fichário(s) e o original dos Estatutos da Associação, transmitindo-os, mediante comprovante, aos seus sucessores; d) Organizar o registro de "recortes" de Jornal(is), sobre notícias da Entidade, com a menção das datas e nomes dos órgãos que publicaram; e) Manter sob sua guarda e Controle o arquivo de fichas dos associados e proposta de admissão e demissão dos mesmos; f) substituir o Vice-Presidente em suas ausências ou impedimentos; g) manter intercâmbio com outras entidades congêneres. Artigo 23º -Compete ao Tesoureiro: a) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da Associação; b) Assinar com o Presidente da Diretoria em exercício, os Cheques ou quaisquer docufnentos que importem em obrigações financeiras; c) Pagar débitos da

A D

Registro Civil-das Pessõas Juridicas

SAMURE CA MELO ALMADA JUNIOR

Escrevente Autorizado

ETININGA — SP

os pos

Entidade, depois de expressamente autorizados pelo Presidente da Diretoria; d) Manter escriturado e em dia o Livro Caixa, que será por ele apresentado à Assembléia Geral nas Reuniões; e) Ter sob a sua guarda e responsabilidade, documentos, valores, cheques, dinheiro e os Livros Contábeis e Livros Auxiliares; f) Apresentar á Assembléia Geral os Balancetes Semestrais e um Balanço anual; g) Depositar em Estabelecimento Bancário designado pela Diretoria e em nome da Entidade, as importâncias arrecadadas, podendo ficar em Caixa, sob sua responsabilidade, a importância de até 01 (Um) Salário Mínimo vigente no País; Parágrafo Único - O Tesoureiro não poderá deixar o cargo, sem prévia prestação de contas, se o fizer, seu sucessor fará o levantamento dos valores existentes na Tesouraria, com a assistência do Presidente da Diretoria, lavrando-se o termo, o qual será dado a conhecer à Assembléia Geral na 1ª Reunião. Na hipótese de irregularidades ou deficiências porventura encontradas, estas serão denunciadas. CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DELIBERATIVO: Artigo 24º - O Conselho Deliberativo será composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, além do Presidente e do Vice-Presidente da Diretoria. Parágrafo 1º - Os membros efetivos do Conselho Deliberativo elegerão entre si o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretario. Parágrafo 2º - As vagas verificadas no quadro dos Conselhos Efetivos serão preenchidas pelos respectivos suplentes. Parágrafo 3º - No caso de haver sido convocado todos os suplentes, o Presidente da Diretoria procederá à escolha dos substitutos. Artigo 25º - Na ausência do Presidente do Conselho Deliberativo ou na falta deste em caráter temporário, o Vice-Presidente, presidirá as reuniões, cabendo ao Secretário lavrar as atas, das quais enviará cópia ao Presidente da Diretoria. Artigo 26º - São atribuições do Conselho Deliberativo: a) programar os trabalhos sociais, objetivando a mais ampla realização dos objetivos da entidade; b) elaborar o Regimento Interno e demais regulamentos dos órgãos administrativos da entidade; c) discutir, apreciar e autorizar despesas extraordinárias, que onerem a entidade em valor acima de 10 (dez) salários mínimos; d) apreciar representações ou recursos de sócios; e) apreciar e opinar sobre proposta de aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como títulos ou outros valores da entidade, cuja decisão ficará a cargo da Assembléia Geral. f) estudar e encaminhar à Diretoria para os devidos efeitos, sugestões relativas à decretação pelas autoridades competentes de novos dispositivos legais de proteção e assistência aos animais; g) propor a concessão de títulos honoríficos e de prêmios-estímulo a sócios ou não sócios que se destacarem no amparo e proteção aos animais através de atos, conferências ou outras maneiras de incentivo a essas obras benemerentes; h) apreciar e opinar sobre proposta da Diretoria relativa ao aumento de contribuições obrigatórias dos sócios. Artigo 27º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, convocado pelo seu Presidente: a) dentro de 8 (oito) dias após eleito, para a escolha do seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário; b) mensalmente, para tratar de assuntos gerais dentro das suas atribuições, programando os respectivos trabalhos; c) anualmente, para apreciação e aprovação do relatório anual da Diretoria. Artigo 28º - As reuniões ordinárias ou extraordinárias deverão realizar-se com a presença da maioria simples dos seus membros. Parágrafo Único - Tanto nas reuniões ordinárias como nas extraordinárias, em caso de empate, o Presidente do Conselho exercerá o voto de desempate. Artigo 29° - O Conselho Deliberativo reunir-se-á extraordinariamente: a) por deliberação do Presidente da Diretoria; b) por deliberação do Presidente do próprio Conselho, cabendo a este a convocação; c) por requerimento de no mínimo 3 (três) conselheiros efetivos, dirigido ao Presidente da Diretoria. CAPÍTULO VII - DO CONSELHO FISCAL: Artigo 30° - O Conselho Fiscal constitui órgão autônomo e

REGISTRO CIVIL GAS PESSOAS AUTICICAS

MANUAL DE MELO ALMADA JUNIOR

ESCREVENIA AUTORIZADO

11. PETININGA — SP

0,50

independente para fiscalização da gestão administrativa e será composto de 3 (três) membros efetivos de 3 (três) membros suplentes. Parágrafo 1º - As vagas abertas no quadro dos Conselheiros Fiscais efetivos serão preenchidas pelos respectivos suplentes. Parágrafo 2º - No caso de haver sido convocado todos os suplentes, o Presidente da Diretoria procederá à escolha dos substitutos. Artigo 31º - São atribuições do Conselho Fiscal: a) examinar o livro-caixa e documentos da tesouraria, bem como os respectivos balancetes e as contas finais; b) lavrar o competente parecer que acompanhará o relatório da Diretoria, opinando pela aprovação ou não das contas; c) requerer por escrito, sempre que necessário, ao Presidente da Diretoria a reunião extraordinária do Conselho, justificando o pedido. Parágrafo Único - Caso o Conselho Fiscal opine pela rejeição da prestação de contas da Diretoria, fica o mesmo obrigado a consignar em seu parecer os motivos de fato e de direito que justifiquem o procedimento. Artigo 32º - Os membros efetivos do Conselho reunir-se-ão: a) dentro de 8 (oito) dias após eleito, para a escolha do seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário; b) anualmente, para estudar e dar o parecer sobre o balancete e relatório anual da Diretoria; c) extraordinariamente, quando o Presidente da Diretoria os convocar. Artigo 33º - As reuniões, ordinárias ou extraordinárias, deverão realizar-se com a presença da maioria simples de seus membros. Parágrafo 1º - Faltando quorum para as reuniões do Conselho, seu Presidente agendará outra reunião dentro de 5 (cinco) dias a partir da data em que deveria ser realizada. Caso continue faltando quorum, por três reuniões consecutivas, o Presidente da Diretoria convocará os suplentes necessários para a próxima reunião. Parágrafo 2º - Tanto nas reuniões ordinárias como nas extraordinárias, em caso de empate, o Presidente do Conselho exercerá o voto de desempate. CAPÍTULO VIII - DO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE: Artigo 34º - Constitui o Patrimônio da Entidade bens imóveis, móveis, numerário, títulos e demais direitos. Artigo 35º - Os bens imóveis, somente poderão ser alienados, permutados, hipotecados ou onerados, por deliberação da Assembléia Geral. Artigo 36º - As rendas da Entidade serão constituídas de: a) contribuições obrigatórias dos associados; b) juros sobre apólices, aplicações financeiras e depósitos remunerados; c) taxas e remunerações sobre serviços prestados; d) doações, legados, subvenções, produtos de festivais ou outras quaisquer rendas sociais; e) frutos da locação de imóveis, telefones, espaço publicitário e outros bens. Artigo 37º - As rendas e os superávites obtidos serão aplicados, única e exclusivamente para atender os objetivos da Entidade. Artigo 38º - Os saldos de caixa apurados no fim de cada exercício poderão ser aplicados na aquisição de títulos da dívida pública ou bens imóveis, sendo vedada a aplicação em operações consideradas de risco. Artigo 39º - Não são permitidas distribuições de quaisquer parcelas de patrimônio, à título de lucros, participação no resultado ou qualquer outro título, a dirigentes ou associados. CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS: Artigo 40° - Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Entidade, não poderão acumular cargos ou funções dentro da entidade. Artigo 41º - Somente o Presidente da Diretoria é responsável pelos compromissos ou concessões contraídos, assumidos e feitos em nome da Entidade, sendo que os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos compromissos da entidade. Artigo 42º - A Entidade deixará de existir se o número de seus associados vier a ser inferior a 12 (doze) ou se assim deliberar todos os associados, sendo que na hipótese de dissolução o seu patrimônio será transferido para a União Internacional Protetora dos Animais - âmbito Nacional. Artigo 43° - Este Estatuto poderá ser reformado ou alterado, desde que a sua atualização seja necessária e aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária regularmente convocada pelo Presidente da Diretoria. Artigo 44º - A União

Registro Civil das Pessõas Juridicas

SAMUEL DE MELO ALMADA JUNIOR

Escrevente Autorizado

06

Internacional Protetora dos Animais - Seção de Itapetininga, promoverá anualmente a comemoração do Dia Internacional dos Animais em 04 de Outubro, dia consagrado a "São Francisco de Assis", padroeiro dos animais e da ecologia, bem como a Semana de Proteção aos Animais, de 04 a 10 de Outubro, com uma plenária aberta à participação da comunidade em geral e de entidades protetoras de animais, com o objetivo de analisar seu trabalho pretérito, orientar sua atuação e propor projetos futuros. Artigo 45° - A União Internacional Protetora dos Animais - Seção de Itapetininga, poderá adotar uma bandeira e um emblema, sendo vedado o uso dos símbolos nacionais. Artigo 46º - O credenciamento de fiscais e delegados honorários será feito única e exclusivamente pela União Internacional Protetora dos Animais - âmbito Nacional - mediante requerimento do Presidente da Diretoria da União Internacional Protetora dos Animais - Seção de Itapetininga. Artigo 47º - Os casos omissos neste Estatuto, serão resolvidos pela Diretoria DISPOSIÇÕES o Conselho Deliberativo. CAPÍTULO X - DAS TRANSITÓRIAS: Artigo 48° - Enquanto não forem elaborados os Regimentos Internos, os Diretores deverão orientar o exercício de suas funções com base exclusiva nestes Estatutos. Artigo 49º - O original destes Estatutos, que servirá de base para a impressão, deverá ser rubricado pelo Presidente e Assessor Jurídico, devendo em seguida ser arquivado pela Diretoria, que ficará responsável por sua guarda e conservação. Artigo 50° -Estes Estatutos deverão ser impressos, pela Diretoria, a qual deverá promover de imediato o seu Registro no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica de Itapetininga-SP, para fins de direito. Artigo 51º - Uma vez registrados os presentes Estatutos, a Diretoria deverá distribuir exemplares a cada um dos Diretores, fazendo-o ainda aos associados, podendo, destes, cobrar módica contribuição. CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: TÍTULO ÚNICO - Artigo 52º - Este Estatuto foi discutido e aprovado em Assembléia Geral Extraordinária. Artigo 53° - Após a presente alteração, permaneceu inalterada a atual diretoria, que tem mandato de 04 (quatro anos), iniciado em 15/12/2004 e término em 15/12/2008, composta pelos seguintes membros:- Presidente - Djanil Valencio Steidler, brasileiro, desquitado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG: 13.207.054 -SSP./SP., CPF. 005.558.258-33, residente e domiciliado a Rua Julio Prestes, 314, Centro. Cep. 18.200-100, Itapetininga/SP; Vice-Presidente - Ademir Leme Ribeiro, brasileiro, casado sob o regime da comunhão total de bens, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG: 7.216.848 - SSP./SP., CPF. 754.125.438-04, residente e domiciliado a Rua Arlindo Gomes da Silva, 102, Vila Mazzei, CEP. 18.209-990, Itapetininga/SP; Secretária - Maria Silvia Genesine Galvão, brasileira, desquitada, funcionária pública, portadora da Cédula de Identidade RG: 17.081.545-6 - SSP./SP., CPF: 021.274.508-50, residente e domiciliada a Rua Ely, 101, Vila Santana, CEP. 18.210-020, Itapetininga/SP; Tesoureira -Silviane Rosicler Fontana Nicolas, brasileira, solteira, maior, executiva de vendas, portadora da Cédula de Identidade RG: 4.894.056-0 - SSP./PR., CPF. 141.765.518-60, residente e domiciliada a Rua Olimpio Mariano, 70, Vila Mazzei, Cep. 18.209-560, Itapetininga/SP; Conselho Deliberativo (Membros Efetivos) - Marcos Aurélio Damião Ferreira, brasileiro, solteiro, funcionário público estadual, portador da Cédula de Identidade RG. 18.547.333-7 - SSP./SP., CPF. 053.360.578-43, residente e domiciliado a Rua Alceu Correia de Moraes, nº 187, Vila Macia, CEP. 18.213-110, Itapetininga/SP; Joaquim Demetrio de Oliveira, brasileiro, casado sob o regime da comunhão total de bens, caseiro, portador da Cédula de Identidade RG. 13.207.416 - SSP./SP., CPF. 470.220.008-91, residente e domiciliado a Rua Jorge Cardoso, nº 660 - Jardim Colombo, CEP. 18.206-520, Itapetininga/SP; Sonia das Graças Laureano Bloes, brasileira, casada



OF THE

sob o regime da comunhão total de bens, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG. 5.091.508 - SSP./SP., CPF. 304.851.588-76, residente e domiciliada Rua Jorge Cardoso, nº 400, Jardim Colombo, CEP. 18.206-520, Itapetininga/SP; Maria do Carmo Menk, brasileira, desquitada, autônoma, portadora da Cédula de Identidade RG. 13.848.452-1 -SSP./SP., CPF. 038.651.238-80, residente e domiciliada a Rua Américo Izzo, nº 746, Vila Piedade, CEP. 18.210-370, Itapetininga/SP; Érika Fernanda Camargo Agapito, brasileira, divorciada, comerciante, portadora da Cédula de Identidade RG. 26.408.905-4 -SSP./SP., CPF. 160.190.448-74, residente e domiciliada a Rua Prudente de Moraes, nº 415, Centro, CEP. 18.200-040, Itapetininga/SP; Conselho Deliberativo (Membros Suplentes) - Elza Quintiliano da Rocha Simões, brasileira, viúva, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG. 6.962.304-1 - SSP./SP., CPF. 750.531.878-00, residente e domiciliada a Rua Virgilio de Rezende, nº 791, Centro, CEP. 18.200-180, Itapetininga/SP; Selma Aparecida Freitas Morais, brasileira, viúva, funcionária pública municipal, portadora da Cédula de Identidade RG. 10.225.260 - SSP./SP., CPF. 834.478.908-78, residente e domiciliada a Rua José Soares Hungria, nº 21, Jardim Marabá, CEP. 18.213-601, Itapetininga/SP; Flávia Domingues de Araújo, brasileira, solteira, maior, autônoma, portadora da Cédula de Identidade RG. 25.549.991-7 - SSP./SP., CPF. 182.220.378-38, residente e domiciliada a Rua José Messias Jota, nº 772, Vila Nova Itapetininga, CEP. 18.203-190, Itapetininga/SP; Dirceu Campos, brasileiro, casado sob o regime da comunhão total de bens, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG. 3.015.216 -SSP./SP., CPF. 162.349.448-68, residente e domiciliado a Rua Dr. Coutinho, nº 356, Centro, CEP. 18.200-358, Itapetininga/SP; Benedito Souza Cleto, brasileiro, viúvo, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG. 1.245.069 - SSP./SP., CPF. 409.449.058-20, residente e domiciliado a Rua Senador José Ermírio de Moraes, nº 171, Vila Aurora, CEP. 18.201-260, Itapetininga/SP; Conselho Fiscal (Membros Efetivos) -Wilma Aparecida Rezani Sanches, brasileira, casada sob o regime da comunhão total de bens, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG. 8.625.594 - SSP./SP., CPF. 750.636.468-91, residente e domiciliada a Rua Padre Inácio de Araújo Ferreira, nº 90, Vila Orestes, CEP. 18.212-000, Itapetininga/SP; Maria Cecília Fontes, brasileira, casada sob o regime da comunhão total de bens, aposentada, portadora da Cédula de Identidade RG. 2.278.274-6 - SSP./SP., CPF. 055.918.990-20, residente e domiciliada a Rua Quintino Bocaiuva, nº 1038, Centro, CEP. 18.200-014, Itapetininga/SP; Rafaela Fernanda Portela. brasileira, solteira, maior, autônoma, portadora da Cédula de Identidade RG. 25.296.299-0 -SSP./SP., CPF. 156.674.438-56, residente e domiciliada a Rua Alfredo Maia, nº 349, Centro, CEP. 18.200-200, Itapetininga/SP; Conselho Fiscal (Membros Suplentes) -Jacira Rodrigues Plens Sheicara, brasileira, casada sob o regime da comunhão total de bens, veterinária, portadora da Cédula de Identidade RG. 7.779.333 - SSP./SP., CPF. 014.662.868-30, residente e domiciliada a Rua Nilo Rito, nº 121, Bairro da Chapadinha, CEP. 18.200-000, Itapetininga/SP; Arlindo Souto Pacheco, brasileiro, divorciado, funcionário público municipal, portador da Cédula de Identidade RG. 4.704.994 - SSP./SP., CPF. 588.536.508-34, residente e domiciliado a Rua Pedro Marques, nº 314, Centro, CEP. 18.200-270, Itapetininga/SP; Maria Aparecida Rodrigues dos Santos, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, comerciante, portadora da Cédula de Identidade RG. 1.779.303-0 - SSP./SP., CPF. 021.273.338-96, residente e domiciliada a Rua José Lopes, nº 43, Vila Vendramini, CEP 18.213-260, Itapetininga/SP. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião, e determinou a lavratura desta ata, que

1

Registro Civil das Pessãas Juridicas

SAMUEL DE MELO ALMADA JUNIOR

Escrevente Autorizado

IT. PETININGA — SP

lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes (Seguem as assinaturas dos presentes). Confere com o original. TABELLE Djanil Steidler - Presidente Sue G. AP. FERREIM PERGRA

Oficial de Registro de Pessoas Juridicas de Itapetininga - SP

Emolum...:R\$ 28,18

Registrado e Microfilmado sob o n° Estado...:R\$ 8,01

004987 em 20/08/2009. Sinoreg..:R\$ 1,48

Tribunal.:R\$ 1,48

Ipesp...:R\$ 5,93

Israel Fernandes Vieira/escrevente

Potal....RS

45,08

Registro Civil das Pessãas Artidicas SAMUEL DE MELO ALMADA JUNIOR

Escrevente Autorizado

IT. PETININGA

SP